



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
------------------------------	---------------------------------	-----

Local

Sede da SMA em São Paulo - Prédio 6, 2º andar, sala de reuniões da CPLA

Data

13/08/2015

Assunto

6ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do SIGAP

PARTICIPANTES

	NOME	SIGLA
1.	Maria de Lourdes Rocha Freire	ACOM/SMA
2.	Carolina Born Toffoli	CBRN/SMA
3.	Cristina Maria do Amaral Azevedo	GAB/SMA
4.	Sueli Angelo Furlan	USP/FFLCH
5.	Georges Henry Grego	Inst. Ilhabela Sustentável
6.	José Pedro de Oliveira Costa	GAB/SMA
7.	Djalma Weffort de Oliveira	APOENA
8.	Mário Luís Orsi	CCB/UEL
9.	Rodrigo Antonio de Moraes Victor	FF/SMA
10.	Cybele da Silva	Associação Eco-Juréia
11.	Luis Alberto Bucci	IF/SMA
12.	Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	MAE/USP
13.	Sônia Elias Rigueira	Terra Brasillis
14.	Virginia Dorázio	GAB/SMA
15.	Cibele Pafetti de Aguirre	CEA/SMA
16.	Rogério Rodrigues Ribeiro	IG/SMA
17.	Edgar F. de Luca	IF/SMA
18.	Luis Fernando Feijó	FF/SMA
19.	Jessie Palma	FF/SMA
20.	Neusa Marcondes	CPLA/SMA
21.	Rita Zanetti	FFLCH/USP
22.	Luciana Reis	SMA
23.	José Toledo Marques	FF/SMA
24.	Fernanda Lemes de Santana	FF/SMA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
25.	Leonardo de Toledo	CTPPB/SMA
26.	Aleph B. de Palma	FF/SMA
27.	Lucila Manzatti	FF/DMI
28.	Jéssica Sá	FF/DAF
29.	Clayton F. Lino	RBMA
30.	José Alberto Pereira	GAB/SMA

PAUTA

Abertura

Aprovação da Ata e Informes da Presidência

Apresentações

- Balanço de um ano de atividades do CCSIGAP – Malu Freire (CCSIGAP)
- Apresentação “Organização dos dados e definição de critérios para criação, ampliação e recategorização das áreas protegidas” – Carolina Born (CBRN)
- Apresentação “Metodologia para elaboração de Planos de Manejo” – Fernanda Lemes (FF)

Apresentações sobre Propostas de Criação de Novas Categorias de Áreas Protegidas

- Reserva Particular do Desenvolvimento Sustentável – RPDS – Clayton Lino (CN RBMA)
- Monumento Geológico - Rogério Rodrigues (IG)

Informes Gerais

- . Reunião no Pontal do Paranapanema – Carolina Born/Djalma Weffort
- . Sistema de Radar para Monitoramento de Biomassa – Luciano Verdade/Rodrigo Victor
- . Outros
- Debates e Encaminhamentos

Homenagem: Aniversário de um ano do SIGAP e seu Conselho

- Com a presença da Sra. Secretária Adjunta do Meio Ambiente – Cristina Azevedo
- Encerramento

RESUMO DA REUNIÃO

Abertura	Agradecendo a presença de todos Malu Freire dá início à 6ª reunião ordinária do CCSIGAP e passa a palavra a José Pedro para informes e orientações gerais.
Informes	José Pedro - Destaca que na SMA a questão da biodiversidade é tratada no âmbito de uma estrutura de instâncias de apoio e atribuições. Esclarece a estrutura do sistema ambiental paulista e cita as atuações correlatas da Secretaria da Segurança Pública e da Polícia Ambiental. Existe uma estrutura formal que é conhecida de todos que inclui o IF, a FF, o IBot, o IG etc. Neste conjunto, existe a CPB – Comissão Paulista da Biodiversidade, cujo funcionamento está sendo retomado na SMA, que está relacionada com as Metas de Aichi. Abaixo do SIGAP temos várias Comissões: A CNAP, GT Mantiqueira – prioridade do Programa Biota, que também é prioridade para o CCSIGAP, Pró-Primatas, GT Juréia e uma série de outras questões que estão sendo trabalhadas de forma interligada, integrada e cooperativa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
	- Em (12/08/2015) foi realizado um sobrevoo no qual estavam presentes a Secretária Patrícia, a Secretária Adjunta Cristina Azevedo e o Diretor Executivo da FF, Luís Fernando e José Pedro (organizador do voo). O sobrevoo se deu em algumas áreas como Jaraguá, Japi e Jataí. Mas principalmente sobrevooou a área da Estação Ecológica Barreiro Rico que está com um problema seríssimo, como já foi reportado aqui. É uma área de visibilidade internacional, de importância muito grande. Única área do interior do São Paulo até hoje conhecida que abriga o Muriqui do Sul, espécie de macaco ameaçada. Está agora com 40% da sua área danificada por fogo. A Estação Ecológica precisa ser ampliada e a área precisa ser vista como um conjunto, porque a estação tem 300 ha num conjunto de matas que chega perto de 2.000 ha e deste conjunto 40% foi queimado, sendo 50% da EE. - O sobrevoo incluiu a área de Cajuru, que está no folheto (anexo) distribuído aos Conselheiros do SIGAP, que se trata de uma proposta não oficial e que ainda precisa de correções. Cajuru tem cinco espécies de primatas: sendo que uma delas é invasora, o <i>Callithrix jacchus</i>. Tem o Sauá, o Bugio-preto, o sagui-da-serra-escuro e o macaco-prego. Além disso, é uma área que retém as principais espécies da floresta semidecidual no interior do estado e que não estão ainda protegidas. A floresta do Barreiro Rico tem semelhanças, mas as espécies são diferentes. A preciosidade do Cajuru, no caso, para falar de uma espécie emblemática, é a presença do veado mateiro que só existe no Morro do Diabo e lá. É uma área que no total tem 2.500 ha, também insuficientes para garantir, no longo prazo, estas espécies. Ao longo da região existem outras áreas que se pretende unir em corredores. Na sua importância e na sua espécie mais carismática, lá estão contabilizados mais de 3.000 Jequitibás-rosa, com mais de 35 cm de diâmetro medidos à altura do peito, sendo que 50 deles são provavelmente milenares. É o último reduto dessa árvore na região, na vizinhança existem outros tantos. A ideia é a de que a partir de lá se faça um projeto. Estamos vendo que nossas áreas no interior são importantíssimas, mas ainda insuficientes para garantir a proteção da biodiversidade. Por isso, vamos fazer um projeto, para o qual a Secretária ontem deu o seu aval, de <u>demonstração de como se faz a implantação de áreas protegidas em áreas críticas</u> como essa. Este Conselho Consultivo recebeu como pleito, de uma reunião que houve no dia 06/10/2013 onde se originou o SIGAP e que tratou, entre outros assuntos, do absurdo de “que o Estado de São Paulo não tem ainda nenhuma Unidade de Conservação modelo”, ou seja, uma área protegida modelo onde esteja completamente resolvida a questão fundiária e todas as outras questões pertinentes totalmente resolvidas. Esse grupo de especialistas tem como primeiro olhar, este Conselho Consultivo do SIGAP. Sonia Rigueira questiona o nome da EE onde aparece primeiro o	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
	nome de Sylvio Sampaio Moreira/Cajuru. José Pedro esclareceu que este personagem, no século passado, que ajudou a preservar várias espécies. Sônia Rigueira chama a atenção para a tendência de se perder o sentido ao longo do tempo. Sugere que o nome seja invertido, colocando em primeiro lugar o Cajuru. Mario Orsi chama a atenção para as 25 nascentes, dois mananciais, que constam do folheto. José Pedro esclarece que este folheto tem algumas imprecisões e é apenas um embrião, e agradece quem puder trazer sugestões. Esclarece também que o processo está absolutamente pronto para a assinatura do governador. Edgar com a palavra informa que o Instituto Florestal tem uma Floresta aguardando a recategorização, e também está pensando numa nova forma dessa floresta que hoje ela é majoritariamente composta por pinus e estava pensando num manejo, talvez a retirada do pinus e recomposta com vegetação nativa, e acredita que poderia ser composta junto com a Estação Ecológica. José Pedro informa aos presentes e especialmente ao Sr. Edgar que existe um mapa pensado “num grande Cajuru”. Resumindo José Pedro pergunta se os presentes estão de acordo com o nome da EE do Cajuru - Resposta é o acordo de todos. Malú – propõe uma mudança na pauta passando a palavra para Carol Born, para sua apresentação, em função de complementar a discussão que está sendo desenvolvida. Mas antes agradece a presença do Diretor do Instituto Florestal e das pessoas que acompanham a Fernanda Leme em sua apresentação sobre Plano de Manejo, sendo assim as pessoas passam a se apresentar informando seu setor de trabalho dentro do Sistema. Sueli Furlan – em relação a apresentação que a Fernanda irá fazer, mais especificamente sobre o de Plano de Manejo, que é de repensar uma forma de planejamento de Planos de Manejo de Áreas Protegidas, e uma das formas é de acolher o encaminhamento que a Fundação Florestal está dando, que também vem pensando nesses processos e tentando reinaugurar uma forma de trabalho, um método de planejamento que pudesse ser mais eficaz, mas ao mesmo tempo discutirmos a importância de conhecimento que a Fundação Florestal tem mostrado na elaboração desses planos	
Apresentação dos dados e definição de critérios para	Carol - explica que o trabalho de organização dos dados está sendo feito em uma parceria com a CPLA. José Pedro - lembra que esse trabalho ainda é uma proposta preliminar, e que deverá passar para as várias pessoas que possam	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
criação, ampliação e recategorização das áreas protegidas” – Carolina Born (CBRN)	contribuir com sugestões e correções. Carol – reforçando, é um trabalho de um GT dentro da Comissão de Áreas Protegidas, mas totalmente vinculado ao GT Critérios. Explica que primeiramente se deparou com uma grande necessidade que é a de ter um cadastro de todas propostas que estavam espalhadas em vários órgãos proponentes, várias ideias, e para que de fato cumpra com a função se subsidiar a Secretaria na tomada de decisão era preciso que todas essas informações estivessem juntas numa mesma plataforma. No primeiro momento estamos colocando numa planilha de <i>excel</i> que a gente está chamando de sala de situação, mas pode ser que mais para frente vamos criar uma base de dados mais refinada. Carol passa a palavra para a Cynthia - indica na tabela todos os dados coletados, com estudos de áreas prioritárias de mananciais para abastecimento público, e a áreas com vulnerabilidade de inundação e com perigo de escorregamento. Carol complementa que através dessa tabela podemos priorizar uma Unidade de Conservação pelos aspectos físicos e não tanto biológicos, temos condições de fazê-lo com este material. Rodrigo Victor - pergunta se há algum mapa que mostra todas as propostas de Unidades de Conservação? Cynthia – existem Unidades de Conservação com 5 propostas cada, portanto fica difícil de visualizar. José Pedro – Propõe enviar para os envolvidos solicitando que essa tabela seja preenchida. Cumprimenta as “inventoras” desse trabalho e agradece porque esse trabalho é extremamente útil. E fala de um dado sobre o Instituto de Estudos Avançados, Rainforest Business School, que é uma oportunidade de negócios e já está trabalhando integrado com a Comissão Pró-Primatas. Carol – <i>Sugere mandar para todos os Conselheiros do SIGAP para avaliação.</i> Malú – abre espaço para discussão: Clayton – Informa que tem algumas informações complementares, como as UC’s Federais, grupos taxonômicos, e sugere que se coloque os Parques e Unidades que já têm Plano de Manejo, em função das zonas de amortecimentos, terem muitas informações. Cristina Scatamachia – <i>sugere colocar mais uma coluna, o patrimônio cultural.</i> José Pedro – lembra que o que protege as áreas da Serra do Japi é o seu tombamento realizado pelo CONDEPHAAT, e lembra também que uma área de estudo para criação de uma Unidade antes do SNUC era	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
	feito em sem discussões, hoje com o decreto que criou o SIGAP e com a lei do SNUC, deverá ser publicada no Diário Oficial com 15 dias de antecedência, uma consulta pública, aberta a municípios envolvidos, bem como à população. Mário Orsi – Chamou atenção para o item de vulnerabilidade, em ocorrência de espécies invasoras - há situações em que Unidades foram criadas em matrizes de situações de organismos invasores que inviabilizaram em pouco tempo a Unidade, ou seja, a própria criação da Unidade vai servir como uma base facilitadora para as invasoras, o que podemos pensar melhor é uma situação de risco potencial daquela matriz. <u>Malú – isso pode ser uma pauta no GT Critérios (situações de organismos invasores)</u>	
Apresentação “Metodologia para elaboração de Planos de Manejo” – Fernanda Lemes (FF)	Fernanda Lemes – cumprimenta a equipe pela apresentação anterior, e considera que estamos todos numa mesma sintonia para tratar das questões de planejamento e gestão nas UCs. Inicia a apresentação dizendo que foi um ensaio que foi feito quando a equipe nova da Fundação assumiu. Toledo – Constatamos que tínhamos uma série de Planos de Manejo que tinham um prazo para realização muito bom, um custo muito alto e com efetividade do investimento muito pequena. Identificou-se que não tínhamos uma lógica de projeto na contratação, assim começamos a identificar no TDR o que pinçar, quais as atividades necessárias. Resultou numa série de processos de Planos de Manejo parados, uma série com prazo de execução com aditivos com prorrogação de prazo que iam até 6 anos. Começamos a aplicar o conceito - primeiro na depuração do TDR do contrato do PM das APAS Marinhas e depois acabamos derivando para a criação deles. Identificamos a atividade para tentar entender o que comprar, trazendo a gestão do projeto para dentro de casa usando ao máximo a competência que nós temos, ou seja, nós como organização. Colocando dentro desses projetos a nossa responsabilidade do andamento e garantir que todas as nossas competências externas e internas estariam dentro do projeto. Então o grande objetivo que não é um método, na verdade é exatamente o que estava sendo feito, mas com uma organização um pouco diferente, olhando exatamente o que precisava ser feito e quem deveria fazer. E o que isso vai mostrar é como a gente partiu de um TDR existente e chegou num projeto identificando itens de compra. O que eu preciso comprar? Preciso comprar todo projeto? Preciso comprar algumas atividades dentro do projeto que eu não tenho competência interna, ou minha competência interna não está disponível para aquele momento? Com isso a gente consegue garantir a realização do projeto no prazo e com custo que a gente estimou lá atrás. Um ponto fundamental é uma das verificações que precisamos é assim: o Diretor Executivo da Fundação fica sabendo que existe um	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
	Plano de Manejo no mesmo dia em que ele assina aprovando o projeto e depois ele participa muito pouco do andamento, e isso eu acho importante tanto para todos os níveis da organização para mostrar para todo mundo a importância daquele projeto. São os projetos mais importantes da Fundação. Como a gente faz com que isso seja claro para todo mundo, no envolvimento, no acompanhamento da realização do projeto? Criamos um comitê de gestão do qual faz parte o Diretor Executivo, toda Diretoria mais o Botânico. Então a gestão desse projeto não tem nem uma outra atividade, ele é o gestor do projeto, esta atividade é muito importante e merece dedicação de um ótimo profissional para realizar esse projeto. Um suporte metodológico, uma ponte transitória enquanto a gente assimila o conceito de gestão do projeto, isso que garante a integridade da ação metodológica do projeto, e aí temos todos os envolvidos sejam internos da Fundação ou das outras Instituições do Sistema Ambiental ou terceiros, quando necessário, são os contratados e mais o Conselho. Isso depois de uma evolução já com o Dr. Luis Fernando, a ideia é que a gente coloque todos os planos de manejo respondendo com frequência a esse comitê. Então mensalmente temos uma reunião de 4 horas e cada projeto vai falar 1 hora para a gente garantir o andamento de cada um deles. Fernanda – inicia a apresentação, dizendo das alternativas de estrutura para organizar essa demanda que a nova Diretoria trouxe. O ponto de partida foi o TDR, quando assumi esse projeto o TDR já estava pronto, feito por vários técnicos e a proposta era na verdade o conteúdo de forma correta, organizada, então esse foi o ponto de partida, essa estrutura anterior, toda a parte de previsão, grupo técnico de coordenação, toda parte de supervisão, orientação técnica, muitas coordenações dentro do mesmo grupo com muitas compartimentações, então o que isso significa do ponto de vista do gerenciamento, a estrutura idêntica da APA Pira-Cantareira estrutura idêntica e vários problemas de gestão nós tivemos, que vem desta quantidade de atribuição para cada coordenação. Apenas para dizer que já existia uma estrutura. O que nos fizemos? Uma matriz, como partimos de um TDR de 220 páginas, era um conteúdo, extremamente grande, uma quantidade de estudo, com objetivos, atividades, etc. Vamos sistematizar uma planilha e entender, organizar o conteúdo e o objetivo, produto, estágio. Tentamos ver se o conteúdo corresponde a caixinha. O objetivo responde? o produto é coerente com a atividade? e assim por diante... Estamos fazendo uma reorganização do conteúdo sem cortar absolutamente nada, somente organizar. Esses são os módulos que já constavam no TDR, físico, biótico, sociais, planejamento integrado. Isso foi feito para todos os módulos. Mostra um exemplo da planilha: na hora que você dá um zoom o que nos fizemos, pegamos o objeto existente, e dentro do objetivo verificamos o conteúdo que estava no TDR e reorganizamos e identificamos com legenda. Por que refletir sobre a forma para que o Plano de Manejo, por que precisamos de uma quantidade de detalhes e informações para tomar decisão? Ou precisamos simplesmente saber o que é necessário para	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
	se ter só o zoneamento, etc. para implantar.. Com relação ao objeto de trabalho a ideia inicial é pensar o que é o produto plano de manejo. A ideia deste Plano de Manejo, com diagnóstico regional, diagnóstico por UC, e tudo isso compilado num banco de dados. A ideia é que cada Unidade pense num sistema, e que esse sistema se conecte com outros, para não ter ações estanques. Ações necessárias para realização do plano: conselho gestor fundiário (vide apresentação anexa) Rodrigo Victor – cumprimenta pelo trabalho e comenta que toda forma de inovação é sempre bem-vinda e o que foi apresentado é um belo exemplo de como a gente pode ser efetivo e profissional no item que é absolutamente chave que é produção de Plano de Manejo. Como que vcs nessa reestruturação pensaram na questão da utilidade do Plano de Manejo? As questões norteadoras que foram incorporadas para assegurar essa utilidade do Plano de Manejo? Por fim, uma das questões inovadoras importantes é o desdobramento em vários contratos e que aí você tem vários aspectos potencialmente positivos, como já foi dito que é a diluição de riscos por projeto. Nesse exemplo piloto, tranquilo do que fazer uma contratação ou cinco contratações, a Beth Suter faz as contratações. Se a gente pensar no universo de Planos de Manejos nos próximos anos cerca de 40 (menos um pouco) isso pode vir a ser uma seção importante. E como é que vcs trataram e pensaram esta questão? É mais uma dúvida e não crítica. Clayton – Parabeniza Fernanda pelo trabalho – algumas sugestões são somente detalhes: Conhecer quais são as potencialidades da Unidade para ajustar realmente o TDR e o que falta conhecer. Pq as vezes o problema é com a Prefeitura, as vezes é com usuário da Unidade, as vezes é com o entorno - identificar o “com quem falar”. E considerar na agenda algumas coisas onde tem reflexos inclusive legais. Por fim, para implementar fazer indicadores . Edgar – cumprimenta a Fernanda pelo trabalho. Observa que hoje com as atividades do Plano de Manejo, as vezes a se sente como um operacional e não como um planejador. Então, da maneira como acontece hoje o pesquisador fica sobrecarregado, inclusive para atender as demandas da instituição, para que ele atue em produtos que sejam de suporte para as atividades do Plano de Manejo. Quanto a contratação, isso pra gente é fundamental de maneira como o pesquisador deve atuar e de que maneira deve ocorrer a contratação, isso é fundamental. Cybele – Queria colocar a minha experiência e colocar o outro lado da mesa. Nós tivemos recentemente o Plano de Manejo da Juréia, que acompanhei 100% como colaboradora com os técnicos da Fundação, com o pessoal da Unicamp, enfim. Então minha experiência aqui com 7 anos do CONSEMA . Trabalho há 20 anos na Juréia, há 4 anos temos uma área na Juréia (particular). Depois passamos para o Plano de Manejo, comecei colocar isso no papel, mas chegou um momento que tivemos que contratar uma empresa, e como temos amigos na área	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
	houve várias indicações, para fazer uma coisa baratinha, e a gente dizia 80 mil tá bom? Muitos amigos ainda não fizeram, porque não tem como pagar. Consegui ainda um patrocínio e contratar uma empresa no final, de Londrina, que era bem mais barato que São Paulo. <i>E sugere para Fundação plano para os proprietários de RPPNs de ajudar de alguma forma, como contratar, para não ficar 100% na mão de consultorias, e o pessoal não sabe que 3 a 4 pesquisadores conseguem dar conta.</i> Carol – cumprimenta a Fernanda, e diz que está muito feliz que a reestruturação de Plano de Manejo na Fundação Florestal muito bom, que é na otimização dos recursos públicos, porque a gente se depara com um calhamaço que além do gasto da consultoria, gasto de impressão também, tem que se adaptar também. Sônia – Cumprimenta a Fernanda pela apresentação e diz que é um esforço tremendo, já trabalhei com Planos de Manejo e eu sei como é. Acredita que essa tentativa é extremamente bem vinda, e acha que tem um aspecto de cara o que pode ser feito que é a garantia de integridade da área, isso independe pesquisadores de dados técnicos científicos, porque a área está decretada, ela é aquilo ali, depois obviamente vai refinar para ver se expande, de cara trabalhar a integridade disso e a relação imediata do entorno é fundamental, antes do Plano do Manejo, na hora que você está conhecendo a UC você já sabe o que está fazendo. A outra coisa que me chamou atenção é essa transição diagnostico/planejamento, muitas vezes nessa transição, ao longo do diagnostico por mais que você tenha se preparado, vai ter surpresa, pode acontecer. Muitas vezes ao longo do diagnostico ele te diz assim: espécies invasoras X , mas ele não vai te dar qual espécie, você não tem como refinar essas informações a ponto de combater essas espécies invasoras, ou se você tem uma espécie indicadora, você nem sabia que tinha essa espécie e fica sabendo no diagnóstico, você só vai ficar sabendo que ela existe, mas aquela espécie sob o ponto de vista vai cumprir seu objetivo de conservação, dentro da realidade dela é fundamental, então eu acho que você tem que ter um “flex” entre o diagnostico e o planejamento pode ser que você tenha ali uma necessidade de revisão, reorientação de algumas coisas que você precisa para responder e cumprir o seu objetivo. José Pedro – As Estações Ecológicas foram imaginadas para serem centros de pesquisas, aquilo que todos os parques e áreas protegidas devem ser. O Plano de Manejo deve planejar o entrosamento com as Universidades da região ou da com aquelas que tem interesses não somente para elaboração do Plano, mas para continuidade dos estudos. Plano de Manejo é um coisa “in progress” que vai sempre ser adequado em função de novos conhecimentos. Fernanda – respondendo ao Rodrigo – que começou com as perguntas norteadoras e onde isso aparece. Como eu disse isso aqui é um	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
	planejamento, no momento de conhecer a UC isso será feito com um seminário de pesquisa, vamos fazer oficinas com os pesquisadores, com os atores da região. Outro item é como lidar com as contratações – acho que isso a gente já conseguiu reduzir e muito quando a gente fala do dado científico transversal e temos suporte. A ideia é trabalhar todos os estudos que existem, até que ponto eu preciso do estudo específico se ele for do plano, porque eu devo demorar uma vida para fazer o Plano de Manejo e as UCs ficam descobertas. Então até que ponto estudos primários vão prejudicar o zoneamento, senão vai jogar para depois, então eu faço plano e entra isso na próxima sequência, um estudo de dado primário e eu indico a unidade sem plano. Com relação aos pesquisadores do IF também participarão do planejamento. Isso é só um primeiro desenho. O primeiro momento é identificar quais são os pesquisadores, qual é a disponibilidade, ele quer ser autor, colaborador, co-autor, qual a intenção acadêmica dele, como ele se insere no planejamento, então a ideia dele participar do diagnóstico, a gente pode se for o caso colocar em todas as etapas incluindo o sistema de gestão, mas a gente tem um momento, um encontro com os pesquisadores para identificar realmente qual a expectativa dele e como a gente pode trabalhar junto. Toledo – e com uma antecedência muito grande, esse é o ponto. Eu consigo hoje dizer qual a atividade que vai ocorrer lá em janeiro do ano que vem, você me diz está disponível ou não. Não estando disponível eu posso contratar, tenho alternativa hoje. Fernanda – Colocou aqui a necessidade de ter uma base de custo para mensurar quanto custa um plano de manejo, fizemos inclusive uma tabela que utiliza hora de pesquisador, a gente pensou como estruturar, quais são as novas bases, seja FAPESP, seja FEHIDRO, para que antes da licitação se tenha uma base, não se sabe quanto custa. Com relação a produção já existente nos órgãos do sistema, a ideia nessa etapa, não só nesta mas em todas, mas nesta em especial que é sistema de gestão, você tem que articular medidas públicas que estão acontecendo, ações que já estão em andamento, planejáveis e assim por diante, ou seja CBRN, CPLA, todos os envolvidos com as ações articuladas. Toledo – Fala sobre a questão do diagnóstico – a gente tem que ver o plano em constante construção, não podemos entender como uma coisa que ficou pronta e eu vou pensar em revisão daqui a 5 anos, se eu quiser ter o diagnóstico definitivo o plano não sai nunca. Então eu preciso saber até onde eu preciso me aprofundar para poder gerar o sistema de gestão. Sueli Furlan – Há uma sintonia muito grande com a discussão que fizemos ano passado com a equipe da Fundação naquele GT de Plano de Manejo com proposta feita, e com o encaminhamento para pensar Plano de Manejo, planejamentos dinâmicos, que não se encerram em prazos e estanques, a preocupação de saber onde quer chegar,	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
	otimização dos recursos e principalmente o plano ser o instrumentos mesmo de gestão. Malú – sugere marcar uma reunião do GT 2 o quanto antes, saber o que será o GT daqui para frente, redesenhar em função desse avanço.	
Reserva Particular do Desenvolvimento Sustentável – RPDS – Clayton Lino (CN RBMA)	Clayton – Está na própria apresentação a contextualização. Proposta de Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável – RPDS, Justificativa: Primeira coisa – conservar a natureza não é só do poder público, é de todo cidadão, de todas as instancias, também dos particulares e instituições etc., e áreas protegidas é dentre as formas de proteção da natureza efetivamente é uma das mais efetivas e importantes que nos temos. A Lei do SNUC fala de Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais, com diversos objetivos e categorias. Nós temos respaldo da própria lei federal para propostas dentro dos estados e municípios, e depois precisa ser incorporado. SNUC tem Unidades de proteção integral e de uso sustentável, esta é a estrutura de uso sustentável é compatibilizar a natureza com uso sustentável com parcela de seus recursos naturais. Isso que caracteriza um bloco de uso sustentável. Lembrar também a questão do domínio, a questão fundiária. <u>(apresentação anexa)</u> Proposta: RPDS – são áreas protegidas constituídas por propriedades privadas, por iniciativa voluntária, desde que considerada de interesse público para a conservação da biodiversidade e demais atributos naturais e culturais a ela associadas a relação de uso sustentável. São vários itens que facilmente podem ser considerados em decreto. Áreas contíguas ou próximas desde que pertencente ao mesmo proprietário. Plano de manejo desenvolvido pelo proprietário e aprovado pela Fundação Florestal. Devendo ser revisado num prazo de mais ou menos 5 anos, similar a RPPN. Plano de Manejo com 1 zona de proteção restrita ou básica, uma área não menor de 60% da área total da reserva dedicada a proteção integral da biodiversidade, não sendo permitido qualquer uso direto ou indireto que correm riscos de remoção. A pesquisa, a recuperação, a educação ambiental, as atividades de ecoturismo, a bio-prospecção são estimulados uma vez previsto no seu plano de manejo. Você não pode por em risco a biodiversidade, desde que prevista em seu plano de manejo e no plano de utilização, será permitido a coleta de sementes e água e tomando sempre o cuidado de não ter mineração. É facultado ao proprietário a instalação de conselho gestor. Consulta pública similar a RPPN, e outra benefícios, prioridade para pagamento de serviços ambientais etc. Estima-se que mais de 80 mil hectare em terras pré-mapeadas em São Paulo poderiam ser transformada em RPDS, em grandes áreas pertencentes a empresas. <u>Sônia – sugere enviar o material que o Clayton apresentou para</u>	



Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
	<u>contribuições.</u> Sônia - muitas RPPNs vão querer migrar para RPDS. Carol – <i>sugere fazer um ponto de pauta no SIGAP como acelerar a criação de RPPN e como estimular as RPPNs surjam e está muito coligado, por conta de fazer plano de manejo. Trazer ao debate essa nova proposta.</i> Rogério: Fala sobre a minuta de decreto da propositura de uma nova área, com contribuições e ainda está em construção e faz um convite ao Conselho Consultivo do SIGAP e também encaminhado pela Comissão Permanente de Áreas Protegidas, mas a grosso são montanhas, solos , grutas, minerais, rocha, alto valor científico que explicam a geodiversidade, que é a base da biodiversidade que a gente chama de geosítios e monumentos geológicos, em outras palavras se há uma lista de espécie ameaçada da fauna e da flora, há uma lista de geosítios que embora pequenos eles são capazes de explicar a história geológica do estado de São Paulo e até do Brasil e em alguns casos mundial. Existem atualmente 40 pontos no território paulista, mas já há uma lista de novos 150 sendo produzidos. O projeto hoje coordenado pela USP com a parceira da Universidade do Minho de Portugal. O monumento geológico é declarado por um Conselho (colegas do sistema ambiental e várias universidades). Passou por esses três crivos o Conselho Estadual criado por Resolução ele declara o valor científico o geosítio como monumento geológico, essa indicação do COMGEO passa para o CNAP e/ou Conselho Consultivo do SIGAP, em havendo essa avaliação e aceitação encaminha-se ao Consema que aprovado faz publicar uma Resolução da Secretaria e recebe esse título de área protegida denominada monumento. José Pedro – Hoje temos as cavernas protegidas no Parque do Alto Ribeira – Parque Caverna do Diabo, Monumento da Pedra do Baú é um monumento natural, essas áreas são protegidas pelo sistema de UCs, porém nesse momento não dá para fazermos milhares de outras coisas. Então, o que existe hoje no decreto do SNUC é reconhecer os monumentos geológicos como uma área de interesse, a gente daria um up grade e daria o status de área protegida aqueles que não estão localizados no grupo de UCs. Rodrigo – Pra criar categoria Unidade de Conservação A PGE falou que é obrigatório uma lei José Pedro – Nesse momento seria uma área protegida, candidata a vir a ser Unidade de Conservação. Rogério - que importa é o seguinte, se for de Unidade de Conservação, por exemplo monumento natural, a burocracia, que eu não sei muito que são muito pontuais. Penso se nós	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
	mantivermos nessas categorias de área protegida, pode até ser de referencia ambiental, mas que a gente possa criar um plano de conservação, pelo menos inicialmente rápido, com o proprietário. Todo monumento natural do SNUC pode ser um monumento geológico, mas nem todo monumento geológico pode ser um monumento do SNUC. Clayton – Levanta a questão sobre competência. Diz que está muito claro que no caso específico de cavernas, tem uma manifestação do Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, diz que o Estado e a União são subsidiários, ou seja acho q a gente precisa se atualizar um pouco sobre áreas e competências das cavernas. Mas a Lei do SNUC prevê que os Estados e os Municípios podem criar áreas protegidas inclusive com sedimentos. Malú – submete ao Conselho a aprovação dessas duas propostas. A seguir abre a palavra Passa para o item “Informes da Pauta: Viagem da Carol ao Pontal e Rodrigo sobre o Sistema de Biomonitoramento. Rodrigo: Do ponto de vista de aprovação do Conselho das duas categorias acho que deveria ser uma coisa mais formal, mas só para constar em ata que teve aprovação formal do Conselho do SIGAP . Malú: Aprovado. Carol : <i>Na verdade até de antemão pedi para que isso entrasse como pauta numa nova reunião planejada em parceria com a APOENA</i> , e no Pontal. Fomos lá com o objetivo de mostrar para os parceiros que foram convidados para a reunião com o setor publico e a sociedade civil, o estado da arte do Cadastro Ambiental Rural na região para verificar como estava a malha do CAR já feito justamente no entorno das áreas de instituições prioritárias de interesse para conservação, seja o mapa do sonhos do IPE, as áreas que o Djalma colocou na ultima reunião, as ASPES, enfim fomos mostrar como estava a malha do CAR no geral e focando nessas áreas, trazer esses interessados e parceiros para ajudarem a divulgar o CAR e a gente conseguir tampar esses buracos, essas áreas, quanto mais elas estiverem completas, a medida de que essas áreas vão sendo fechadas a CBRN vai levar para essas áreas de interesses de várias instituições, pegando sempre pelas maiores propriedades, mas pensando especialmente nessas áreas prioritárias. Foi muito interessante, o pessoal conseguiu ter uma boa noção espacial, pela primeira vez todo mundo viu completamente as benesses que o CAR tem trazido, com dados de 62% de inscrições no Estado de São Paulo mostra que ele está cada vez mais emplacando desde, sendo pequenas propriedades e apenas 3 gigantes propriedades. Então esses parceiros podem nos ajudar a chamar os grande proprietários para dentro do cadastro em com isso fechar mais essas áreas prioritárias.	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo do SIGAP	MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	N.º
------------------------------	---------------------------------	-----

Homenagem	A Secretária Adjunta, Cristina Azevedo, compareceu no final da reunião e, como forma de homenagem ao Conselho, discorreu sobre a importância do mesmo para se avançar na implantação do SIGAP no âmbito da SMA e do governo do Estado de São Paulo. Agradeceu a contribuição inestimável de todos os conselheiros e solicitou o empenho dos mesmos no avanço da busca de soluções para a correta gestão das áreas protegidas no estado. Ao final, cada conselheiro recebeu um exemplar do “Dicionário Ilustrado de Meio Ambiente” editado pela SMA, gentilmente cedidos pela CEA – Coordenadoria de Educação Ambiental. Após esta singela homenagem, Malu Freire deu por encerrada a reunião.
------------------	--

PRÓXIMA REUNIÃO

<i>Data</i>	<i>Hora</i>	<i>Local</i>
10/12/2015	14h00	Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345 – Prédio 6 1º andar- Sala CONSEMA

TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS

RESPONSÁVEL

a	Enviar para todos os Conselheiros do SIGAP para avaliação a “PROPOSTAS PARA CRIAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU RECATEGORIZAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS - COMISSÃO PERMANENTE”	-
b	Colocar mais uma coluna a considerar, o patrimônio cultural.	-
c	Enviar o material que o Clayton apresentou para contribuições.	-
d	Agendar uma reunião do GT 2	- Malú
e	Sugestão ponto de pauta no SIGAP como acelerar a criação de RPPN, por conta de fazer plano de manejo. Trazer ao debate essa nova proposta	-
f	Sugestão de pauta numa nova reunião planejada em parceria com a APOENA (reunião Pontal)	-

RELATOR

Nome	Assinatura	Data
Virginia Dorazio		